

Aula 15 – Karl Marx (continuação)

Nuno Miguel Cardoso Machado

A teoria socioeconómica da maturidade

A “crítica da economia política” marxiana: visão geral e princípios metodológicos

Vimos em aulas anteriores que a análise das vicissitudes da sociedade moderna ocupa um lugar privilegiado nas reflexões dos autores que construíram a sociologia enquanto disciplina – Durkheim, Tönnies ou Weber, por exemplo. Marx não foge à regra. Contudo, a “singularidade” da teoria marxiana é a sua “insistência” num ponto-chave (Sayer, 1991: 7): “o capitalismo é a força (...) decisiva (...) do mundo moderno” (Antonio, 2003: 127).

De acordo com Marx, “o capitalismo cria um tipo de sociedade qualitativamente distinto”, completamente “diferente” de *todas* as sociedades precedentes (Sayer, 1991: 6). Assim, na sua obra da maturidade, o autor procura “estudar em pormenor a estrutura económica (...) das sociedades” capitalistas “ocidentais” (Bottomore, 2010: 3).

A autodenominada “crítica da economia política” marxiana possui um duplo carácter. Em primeiro lugar, “é uma crítica das condições «objetivas» do capitalismo em que Marx analisa os mecanismos causais da produção e reprodução socioeconómica” capitalista (Vandenberghe, 2008: 52). Em segundo lugar, “é uma crítica da ciência” económica da sua época (Ibid.). Os economistas tendem a tratar o capitalismo como uma realidade “inteiramente natural”, a-histórica, “eterna” (Ibid.); Marx, pelo contrário, entende as “relações sociais capitalistas como um produto histórico transitório” (Ibid.).

O método de Marx estabelece uma distinção primordial entre essência e aparência. Se a aparência e a essência da realidade “coincidissem sempre (...), então a ciência seria supérflua” (Swingewood, 1984: 80). A “condição mínima” de cientificidade imposta por Marx ao investigador é justamente que ele seja capaz de apreender “a realidade além da aparência que a esconde” (Geras, 2005: 190). O autor dá dois exemplos célebres retirados das ciências naturais. À primeira vista, *parece* que o sol gira em torno da Terra. De modo análogo, *parece* impossível que a água, elemento indispensável à vida, seja composta por dois gases altamente inflamáveis: o oxigénio e o hidrogénio.

Ora, também no caso da sociedade moderna as aparências são “enganadoras” (Corrigan, Ramsay & Sayer, 1978: 21) e “enigmáticas” (Geras, 2005: 204), de maneira que as “relações essenciais” não são “imediatamente observáveis” (Corrigan, Ramsay & Sayer, 1978: 17). Segundo Marx, “é preciso um trabalho de análise para desvendá-las, para revelar-lhes o segredo” (Geras, 2005: 205). Neste contexto, o estudo científico do capitalismo deve furar a superfície das aparências ou formas de manifestação empíricas dos fenómenos (Bottomore, 2010: 5) e escavar até encontrar as “condições” essenciais que lhes subjazem e que as “tornam possíveis” (Corrigan, Ramsay & Sayer, 1978: 18). O intuito de Marx é descortinar a “estrutura fundamental” da sociedade moderna (Bottomore, 2010: 5) responsável pelos fenómenos imediatamente perceptíveis (Swingewood, 1984: 80).

Por exemplo, os economistas tendem a cingir a suas análises ao mercado, ou seja, à esfera da circulação do dinheiro e das mercadorias (Vandenberghe, 2008: 58). Marx considera esta abordagem errada, porquanto os fenómenos do mercado são meramente superficiais, isto é, a forma de manifestação necessária das relações de produção (Ibid.). Para além de existir uma “relação interna entre a esfera da produção e a esfera da circulação” (Ibid.: 66), a esfera da produção é a “essência”, o núcleo duro da economia capitalista (Ibid.: 58).

Assim, é necessário descobrir as relações reais por detrás dos fenómenos aparentes e explicar justamente por que eles aparecem no mercado de uma determinada forma (Ibid.). Em síntese, a tarefa da teoria crítica é “conceptualizar as relações essenciais e os mecanismos causais generativos que explicam os factos, os acontecimentos e os processos do mundo empírico” (Ibid.).

Marx adota igualmente “a categoria de totalidade (...) enquanto instrumento metodológico” (Swingewood, 1984: 80), visto que, no seu entendimento, “a sociedade capitalista é (...) uma totalidade dialética em que cada momento é condicionado” pelo todo (Vandenberghe, 2008: 47). Por outras palavras, o capitalismo é efetivamente “uma totalidade de relações sociais estruturadas”, ou seja, uma “estrutura generativa” que “determina (...) os acontecimentos do mundo social” empírico (Ibid.). O significado de “cada facto ou relação isolada” apenas pode ser apreendido mediante a sua integração no contexto social estrutural (Geras, 2005: 220).

Assim, é verdade que Marx começa por analisar, em *O Capital*, “a forma simples do valor, a troca de uma mercadoria por outra, argumentando que a mercadoria contém as contradições básicas do capitalismo. Mas a mercadoria é também uma *parte* que deve

ser relacionada com um *todo*, com uma totalidade, com o capitalismo enquanto sistema económico, político e social. O método de Marx opõe-se, portanto, à abordagem atomística do individualismo metodológico (...), assim como àquelas filosofias que definem o conceito de todo enquanto mera soma das suas partes: para Marx, a totalidade é estruturada através da inter-relação dos fenómenos, de factos que (...) estão internamente relacionados e que possuem uma relação necessária com o todo” (Swingewood, 1984: 80, itálico no original).

Em síntese, o capitalismo constitui uma totalidade *dinâmica* permeada por uma “tensão” permanente “entre as partes e o todo” e que se desenvolve continuamente através de “contradições (...) internas” (Ibid.: 81). Por isso, a análise da mercadoria – que será exposta no decurso da aula de hoje – é apenas uma porta de entrada, um ponto de partida para a *exposição* da totalidade *real* das relações sociais modernas. Importa reter que, segundo Marx, o capitalismo “«forma um todo» e apenas pode ser entendido e analisado nesse sentido” (Ibid.). O método holista do autor é, por conseguinte, indissociável do seu objeto de estudo: o capitalismo é realmente uma totalidade *negativa* que constringe a ação dos seres humanos.

Algumas categorias da crítica da economia política

Forças produtivas, relações sociais de produção e modo de (re)produção

Na aceção marxiana, o conceito de forças produtivas engloba “a força de trabalho humana e os meios de produção materiais que ela utiliza” (Callinicos, 2013: 84), como sejam matérias-primas, ferramentas, máquinas, edifícios, etc. (Antonio, 2003: 106). Portanto, esta noção denota, antes de tudo, “o avanço da técnica, da ciência e dos instrumentos de produção” (Zeitlin, 1968: 99).

As forças produtivas abarcam ainda a forma de “organização (...) da produção” (Ibid.): as modalidades específicas de “cooperação” estabelecidas entre os trabalhadores (Antonio, 2003: 106) e, no caso do capitalismo, a “divisão do trabalho” (Zeitlin, 1968: 99). O grau de desenvolvimento das forças produtivas é medido pelo nível de “produtividade [material, NM] do trabalho” que elas possibilitam (Callinicos, 2013: 85).

Por sua vez, o conceito de relações sociais de produção pretende evidenciar que a produção é sempre material e *social* (Corrigan, Ramsay & Sayer, 1978: 2). Em primeiro lugar, engloba as “relações de propriedade” (Antonio, 2003: 106), evidenciando qual a

classe que detém “controlo efetivo das forças produtivas” (Callinicos, 2013: 85) e qual tipo específico de “exploração” vigente numa certa sociedade (Ibid.: 86).

Todavia, a categoria de relações sociais de produção é mais complexa, refletindo também, em segundo lugar, a “forma social”, i.e., o caráter social *peculiar* da produção num dado momento histórico (Marx apud Callinicos, 2013: 85). Note-se que “a natureza” dessa forma social “não pode ser especificada *a priori* para a produção em geral, mas permanece em cada caso uma questão empírica” (Corrigan, Ramsay & Sayer, 1978: 2). Por exemplo, conforme veremos daqui a pouco, a forma social da atividade produtiva capitalista é o valor económico. A produção moderna é ao mesmo tempo um processo de produção material e um processo de (re)produção das relações sociais de valor.

Finalmente, um modo de (re)produção é a combinação de certas forças produtivas com determinadas relações sociais de produção historicamente específicas (Callinicos, 2013: 84). Assim, este conceito refere-se “ao processo complexo através do qual os homens interagem simultaneamente com a natureza e uns com os outros” (Zeitlin, 1968: 98). Importa salientar que é o cariz das “relações sociais que determina o modo de interação com a natureza” (Ibid.).

Por outras palavras, e ao contrário das interpretações mais comuns de Marx, a (re)produção social é o *prius*, a base sobre a qual repousa a (re)produção material. *Relações sociais particulares enquadram um certo modo de (re)produção material da sociedade*. Em síntese, um modo de (re)produção “constitui um sistema socioeconómico distinto com as suas próprias «leis de movimento»” (Callinicos, 2013: 84).

O modo de (re)produção capitalista e a historicidade da teoria de Marx

O traço distintivo do modo de (re)produção capitalista é constituído pelas suas relações sociais de produção singulares (Colletti, 1974: 7), consubstanciadas na produção de valor económico. A produção material é apenas um *meio* para o processo incessante de valorização do valor: o investimento dos vários capitalistas individuais visa “uma compensação sob a forma de lucro” (Callinicos, 2013: 87).

A absoluta excecionalidade histórica do modo de (re)produção capitalista é evidente através de uma rápida comparação com as sociedades do passado. Na perspetiva de Marx, “todas as sociedades pré-capitalistas partilham, em maior ou menor

grau, uma constelação comum de características económicas e sociais” que as distinguem “em bloco (...) do «mundo moderno»” (Sayer, 1991: 10).

Nelas a produção obedece a normas tradicionais com vista a satisfazer necessidades imutáveis (Ibid.: 11). É a utilidade dos objetos, e não o valor económico, que determina as quantidades produzidas de cada bem e a divisão das tarefas. Estas sociedades estão “presas no seu ciclo repetitivo de reprodução ou, no melhor dos casos, sujeitas a mudanças lentas” (Ibid.).

Assim, as sociedades pré-modernas não são movidas pelo “dinheiro como fim em si mesmo”, de maneira que “tudo permanece particular e concreto” (Ibid.). Isto significa que “nem o trabalho nem a riqueza assumem uma forma geral, abstrata” (Ibid.). Estamos perante “serviços em género e pagamentos em género” (Marx apud Sayer, 1991: 11), no contexto da “subsistência direta” (Sayer, 1991: 11).

Só nas suas margens ocorrem intercâmbios de produtos que assumem a forma de mercadorias. E nesses casos pontuais as trocas obedecem à fórmula $M - D - M$, isto é, Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria (Ibid.: 13). Portanto, “uma mercadoria é vendida em troca de dinheiro para permitir a compra de outra mercadoria” (Ibid.). O consumo destinado a satisfazer uma necessidade concreta é o móbil da transação (Ibid.).

Por seu turno, o circuito do capital nas sociedades modernas possui um cariz diametralmente oposto, sendo dado pela fórmula $D - M - D'$, isto é, Dinheiro – Mercadoria – (mais) Dinheiro. Neste caso, “uma soma de dinheiro é investida com a expectativa de um retorno maior”, pelo que “a compra das mercadorias é simplesmente um meio para a realização de (...) dinheiro” (Ibid.: 13-14).

Veremos daqui a pouco que, em determinadas condições, o valor originalmente adiantado pelo capitalista é acrescido de um valor excedente, ou “mais-valia”, de maneira que se expande; esta valorização do valor converte o dinheiro em capital (Ibid.: 14). Deve salientar-se que a mais-valia não tem origem na esfera da circulação – na troca do dinheiro e das mercadorias – mas no interior do processo produtivo, mediante a exploração da força de trabalho (Ibid.).

Podemos concluir que o modo de (re)produção capitalista se distingue pelo facto de a “produção social” assumir “a forma de uma produção *generalizada* de mercadorias” (Bottomore, 2010: 4, itálico nosso) assente “no *trabalho assalariado*” (Sayer, 1991: 14, itálico no original). O capitalismo é um “sistema produtor de mercadorias” que visa a “expansão” incessante do “valor” económico (Swingewood, 1984: 69). A sociedade moderna é “um todo estruturado dominado” por esse modo de

(re)produção (Ibid.: 88). Neste sentido, a proeminência que Marx atribui à economia descreve uma peculiaridade da modernidade e não uma condição humana transhistórica (Antonio, 2003: 109).

O foco da teoria marxiana da maturidade não incide sobre a sociedade “em geral”, mas precisamente sobre “*uma* sociedade” específica: “a sociedade *capitalista* moderna” (Colletti, 1974: 3, itálico no original). Marx não afirma ter descoberto leis sociais universais, mas somente “as leis de desenvolvimento” do modo de (re)produção capitalista (Ibid.). Consequentemente trata-se de uma teoria que nunca perde de vista a “*historicidade* das formas” sociais que analisa (Corrigan, Ramsay & Sayer, 1978: 15, itálico no original) nem, assim, a sua aplicabilidade limitada (Ibid.: 19).

Ao contrário do que sucedia nos *Manuscritos Económico-Filosóficos* (cf. Aula 13), a partir de *A Ideologia Alemã*, redigida nos anos de 1845 e 1846, Marx distancia-se da noção de uma suposta essência humana transhistórica e imutável (Vandenberghe, 2008: 34). O autor sustenta, agora, que o ser humano é sempre um produto histórico, indissociável do conjunto das relações sociais específicas onde está inserido (Ibid.). Marx abandona o “homem em geral” (Swingewood, 1984: 68) em favor dos “indivíduos reais” (Antonio, 2003: 105), tal como vivem sob certas condições sociais (Zeitlin, 1968: 97).

Marx é taxativo: todas as categorias da sua crítica da economia política são o resultado de circunstâncias históricas concretas (Corrigan, Ramsay & Sayer, 1978: 19) e, por isso, “são *simultaneamente* económicas e históricas” (Colletti, 1974: 12, itálico no original). E vai mais longe, preconizando que os “fenómenos económicos” capitalistas não são meramente técnicos ou psicológicos, conforme pretende a *economics*, mas a manifestação de determinadas *relações sociais* (Antonio, 2003: 110-111). As suas categorias são, pois, eminentemente *socioeconómicas* (Colletti, 1974: 13).

Mercadoria: valor de uso e valor; trabalho concreto e trabalho abstrato

Marx defende que a mercadoria constitui a “forma celular” do modo de produção capitalista (Marx apud Sayer, 1991: 15). A mercadoria é a unidade de dois polos: valor de uso e valor (Sayer, 1991: 15). Enquanto valor de uso, trata-se de uma “coisa” com determinados atributos sensíveis que lhe permitem satisfazer necessidades concretas (Ibid.). Por exemplo, o pão sacia a fome, um casaco protege do frio, etc. Na qualidade de valores de uso heterogêneos, as mercadorias são “incomensuráveis” (Ibid.).

Todavia, durante “o processo de troca (...) as mercadorias *são* rotineiramente comparadas e equiparadas mutuamente: para além de um valor de uso, elas possuem um valor” (Ibid., itálico no original). Nos sistemas mercantis “desenvolvidos” esse valor é normalmente expresso através de um “preço”, ou seja, os valores relativos de todas as mercadorias “são expressos em quantidades de um único equivalente: o dinheiro” (Ibid.). Assim, “apesar da sua incomensurabilidade qualitativa (...) enquanto valores de uso”, as mercadorias “são equiparadas (...) em termos de um padrão (...) universal” (Ibid.: 16).

Neste contexto, “elas são meras corporizações (...) do «valor» abstrato que é a base da sua comparação” (Ibid.). Trata-se de uma entidade “suprassensível” (Vandenberghe, 2008: 59) pois, nas palavras de Marx, “não existe um só átomo de matéria que penetre no (...) valor” das mercadorias (Marx apud *Ferreira et al.*, 1995: 163). Estamos perante uma categoria *sui generis*, de índole metafísica mas paradoxalmente *real*.

A mercadoria é, portanto, uma categoria dual (Bottomore, 2010: 4), “um objeto simultaneamente sensível e suprassensível” (Vandenberghe, 2008: 62). Na ótica de Marx, este cariz dual é reconduzível ao caráter bífido do trabalho que produz as mercadorias. Por um lado, é um trabalho concreto, “qualitativamente” singular, que produz valores de uso – coisas úteis com determinadas propriedades corpóreas (Bottomore, 2010: 4). O trabalho concreto do carpinteiro produz cadeiras, por exemplo.

Por outro lado, é um trabalho abstrato, um trabalho *social* indiferenciado que produz uma substância incorpórea, homogénea e suprassensível: justamente o valor económico (Ibid.). Nos termos de Marx, “enquanto valores, todas as mercadorias são apenas determinadas grandezas de tempo de trabalho [abstrato, NM] congelado” (Marx apud Sayer, 1991: 16).

As mercadorias podem ser equiparadas e trocadas no mercado como coisas de valor apenas porque possuem esta “propriedade social” comum: a de serem “produtos do trabalho humano”, mas “do trabalho (...) em abstrato, considerado somente como mero dispêndio de força de trabalho humana”, independentemente do seu conteúdo específico (Sayer, 1991: 16).

Convém salientar que a categoria marxiana de trabalho abstrato traduz “um processo de *abstração real*, algo que ocorre verdadeiramente na própria realidade” (Colletti, 1992: 38, itálico no original). As várias atividades humanas são efetivamente reduzidas *socialmente* ao estatuto *metafísico* de trabalho abstrato. Visto que, no

capitalismo, os bens não se destinam ao consumo próprio, mas à venda no mercado, o trabalho social tem de assumir a forma *autônoma* de trabalho abstrato que se representa no valor das mercadorias (Ibid.: 39). A energia humana desvincula-se dos sujeitos e adquire uma vida *independente* enquanto valor mercantil.

A tese de Marx é que em todas as civilizações “os produtos do trabalho (...) têm um valor de uso” (Sayer, 1991: 18). Porém, somente na modernidade é que a riqueza assume a forma abstrata de valor económico (Ibid.: 15). Isto significa que o valor só existe “numa sociedade em que a forma-mercadoria se tornou a forma geral dos produtos do trabalho, em que, por conseguinte, as relações dos homens entre si, como produtores e trocadores de mercadorias, se tornaram a relação social dominante” (Marx apud *Ferreira et al.*, 1995: 162).

Em síntese, o valor é “a qualidade que distingue a mercadoria enquanto *forma social* específica assumida pelo produto do trabalho” no capitalismo (Sayer, 1991: 18, *itálico* nosso). O valor constitui uma categoria exclusivamente moderna, tal como atividade *social* peculiar que o produz: o trabalho abstrato. O trabalho abstrato é a *forma social* historicamente distintiva adquirida pela atividade produtiva no sistema capitalista (Vandenberghe, 2008: 60).

Impõe-se uma derradeira observação: visto que o valor das mercadorias é determinado pelo tempo de trabalho (abstrato) despendido no seu fabrico, à primeira vista pode parecer que quanto mais ineficiente ou inábil for o trabalhador, tanto maior será o valor criado. No entanto, Marx esclarece que o trabalho (abstrato) que produz o valor é o chamado *trabalho socialmente necessário*. Se o trabalho abstrato é a *substância* qualitativa do valor, o tempo de trabalho socialmente necessário determina a *grandeza* do valor das mercadorias (Antonio, 2003: 111).

Trata-se do tempo médio – dadas as condições normais num dado ramo de produção (tecnologia, intensidade do trabalho, nível de qualificação, etc.) – requerido para produzir um certo tipo de mercadorias (Ibid.). Neste sentido, o tempo de trabalho socialmente necessário pode ser entendido como o padrão objetivo de produtividade difundido pela concorrência entre os capitais. À medida que se desenvolvem as forças produtivas, diminui o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir cada mercadoria unitária, pelo que o seu valor se reduz.

A força de trabalho e a mais-valia

Para entender a origem da mais-valia – do valor *excedente* criado pelo trabalho abstrato e socialmente necessário – é preciso ter presente a “distinção” que Marx estabelece “entre trabalho e força de trabalho” (Callinicos, 2013: 88). Segundo a aceção do autor, a força de trabalho é conjunto das faculdades físicas e mentais contidas no organismo do operário; na sociedade capitalista, esta força de trabalho “converte-se numa mercadoria” que o operário vende ao capitalista (Bottomore, 2010: 5). Por sua vez, o trabalho é o exercício prático, *efetivo* dessas capacidades humanas quando o operário está a produzir bens e serviços.

A tese – aparentemente inverosímil – de Marx é que o capitalista compra a força de trabalho e vende o seu *output* pelos seus verdadeiros valores mas, não obstante, obtém um ganho. Sem nunca ser violada a troca de “equivalentes”, no final do processo produtivo as mercadorias estão preñes de mais-valia (Sayer, 1991: 19). Vejamos como isto é possível.

A chave para a solução do enigma é que, de acordo com Marx, “o salário não é o pagamento do trabalho efetuado, mas da mercadoria que os operários vendem ao capitalista: o uso (temporário) da sua força de trabalho. Os níveis salariais são portanto uma função do valor da força de trabalho. O valor da força de trabalho – como o de qualquer outra mercadoria – é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção, i.e., neste caso, pelo trabalho requerido para produzir os meios de subsistência do operário.” (Corrigan, Ramsay & Sayer, 1978: 21)

Dado que a força de trabalho está encerrada na pessoa do operário, a sua reprodução depende da sobrevivência deste. O valor da força de trabalho é, pois, o valor “daqueles bens e serviços que o operário deve adquirir para sobreviver” (Callinicos, 2013: 88). Como é óbvio, “o valor da força de trabalho e o valor produzido quando o capitalista «consome» esta mercadoria ao fazê-la funcionar podem ser duas grandezas completamente diferentes. E na medida em que o capitalista faz o operário trabalhar mais do que o tempo requerido para reproduzir o valor da sua força de trabalho – i.e., o seu salário – ele apropria-se de uma mais-valia” (Corrigan, Ramsay & Sayer, 1978: 21).

A questão é que “o operário cria tipicamente mais valor numa jornada de trabalho do que o valor da sua força de trabalho” (Callinicos, 2013: 88). Isto acontece porque, “uma vez postos a trabalhar, os operários estão a criar valor. Se a sua jornada de trabalho diária (...) excede o tempo de trabalho incorporado no seu salário, eles estão a criar mais-valia” (Sayer, 1991: 20).

Suponhamos que o horário laboral se cifra nas 8 horas diárias. Nesta situação, o operário dedicará, por hipótese, 4 horas a produzir “um valor igual ao dos bens de consumo que o [seu, NM] salário (...) pode comprar” (Callinicos: 88). Por outras palavras, essas 4 horas são o tempo de trabalho necessário para *reproduzir* o valor da sua força de trabalho. Essa é a razão por que Marx designa esta parcela da jornada laboral precisamente por *trabalho necessário* (Bottomore, 2010: 5). As restantes 4 horas representam trabalho grátis, visto que não custam nada ao capitalista; durante esse período o operário cria um valor excedente, portanto, uma *mais-valia* que é apropriada pelo capitalista (Callinicos, 2013: 88). Marx designa esta parcela da jornada laboral por trabalho excedente ou *mais-trabalho* (Bottomore, 2010: 5).

A origem exclusiva da mais-valia no mais-trabalho fornecido pelos operários reflete-se na nomenclatura que Marx utiliza para decompor o valor do capital (global, setorial ou individual). Assim, em primeiro lugar, o autor designa por *capital constante* o capital investido na aquisição de edifícios, maquinaria e matérias-primas; o valor do capital constante não se modifica no decurso do processo de produção, limitando-se a reaparecer no valor do produto final (Sayer, 1991: 19).

Em segundo lugar, Marx denomina *capital variável* o investimento feito na contratação de operários (Ibid.). Através do seu trabalho, os operários produzem um valor equivalente ao dos produtos adquiridos com os seus salários, que será igualmente transferido ao produto final. Finalmente, em terceiro lugar, durante o período de mais-trabalho os operários adicionam um valor excedente à mercadoria final, cuja venda permite ao capitalista embolsar a *mais-valia* (Ibid.: 20). Portanto, o termo “variável” significa que o capital investido em força de trabalho é incrementado pelo funcionamento do trabalho vivo. Seja c o capital constante, v o capital variável e m a mais-valia, o valor do capital C vem dado pela seguinte expressão algébrica: $C = c + v + m$.

Resta acrescentar que o pressuposto histórico da mercadoria força de trabalho e, portanto, do modo de (re)produção capitalista, é a “separação dos homens dos seus meios de produção e de subsistência” (Zeitlin, 1968: 86). O trabalhador assalariado, formalmente “livre”, é o resultado histórico da decomposição da sociedade feudal e da correspondente emergência da sociedade moderna (Vandenberghe, 2008: 54). Marx

descreve este processo histórico com o conceito de “acumulação primitiva” do capital (Sayer, 1991: 21).

A “expropriação” violenta dos camponeses das suas terras (Ibid.: 22) dá origem à “propriedade privada” dos meios de produção por parte do futuro “empregador” (Ibid.: 20). Conforme vimos na aula anterior, a posse comunitária foi abolida em favor da propriedade privada (de indivíduos privados) e concentrada “nas mãos de uma secção da sociedade” (Ibid.).

O reverso da medalha desta classe proprietária é o surgimento de uma classe composta por indivíduos livres em dois sentidos. Por um lado, essas pessoas existem numa total *nudez*, enquanto sujeitos independentes, abstratos, mas incapazes de assegurar autonomamente a sua subsistência (Vandenberghe, 2008: 54). Por outro lado, desprendem-se dos laços de servidão que os uniam ao senhor feudal, pelo que dispõem da sua força de trabalho, podendo transacioná-la contratualmente no mercado em troca de um salário (Ibid.).

Em suma, os trabalhadores assalariados livres são, na verdade, obrigados a vender a única mercadoria que possuem: a sua capacidade abstrata de dispêndio de energia ou força de trabalho. Dado que só o trabalho humano cria valor económico, com base numa relação social específica, a transformação da força de trabalho em mercadoria é uma condição *sine qua non* para a transformação do dinheiro em capital (Sayer, 1991: 20).

Conclusão: (re)produção material e (re)produção social

É possível encontrar em todas as sociedades humanas um processo de (re)produção material – aquilo que Marx designa por processo de trabalho *concreto* ou metabolismo com a natureza. Esse processo engloba a utilização das forças produtivas – “o trabalho, as matérias-primas e algum tipo de tecnologia” (Corrigan, Ramsay & Sayer, 1978: 2) – para assegurar a subsistência das pessoas. Todavia, conforme tivemos oportunidade de salientar, no esquema de Marx a prioridade lógica é atribuída às relações *sociais* de produção, isto é, ao modo de (re)produção *macrossocial*.

Ora, na sociedade moderna o processo de produção material é simultaneamente um “processo de valorização” (Sayer, 1991: 24). Isto significa que “o capital toma conta do (...) processo de produção” material “e transforma-o num mero veículo” para a sua própria “expansão” através da exploração do “trabalho assalariado” (Ibid.: 18). Marx

sustenta que a mais-valia “nasce da diferença entre o valor da força de trabalho e o novo valor criado quando essa força de trabalho é utilizada” (Ibid.: 19).

Num sistema generalizado de produção de mercadorias (Bottomore, 2010: 12), a produção de riqueza concreta (valores de uso) é apenas um invólucro, um mal necessário para a produção de riqueza abstrata (valor). O conteúdo dos vários trabalhos particulares é perfeitamente indiferente para a síntese social realizada pelo trabalho abstrato e pela troca. Neste contexto, a (re)produção material e a sobrevivência dos seres humanos estão acopladas à (re)produção das relações sociais de valor. Ao contrário do que sucedia nas sociedades pré-modernas, a reprodução da sociedade moderna “não é uma mera replicação”, mas forçosamente a reprodução *ampliada* do capital (Sayer, 1991: 23).

Marx não se cansa de alertar que o capital “é uma relação social” (Ibid., itálico no original), pelo que a sua reprodução alargada é ao mesmo tempo a reprodução da classe capitalista e da classe operária: “o processo de produção capitalista, considerado no seu conjunto, ou enquanto processo de reprodução, produz não apenas mercadorias, não apenas mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capitalista; por um lado, o capital e, por outro lado, o trabalho assalariado” (Marx apud Colletti, 1974: 20).

Referências bibliográficas

- Antonio, Robert J. (2003), “Karl Marx”, in Ritzer, George (Org.), *The Blackwell Companion to Major Classical Social Theorists*. Malden: Blackwell Publishing, pp. 93-131.
- Aron, Raymond (2000), *As Etapas do Pensamento Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes. 5ª Edição.
- Bottomore, Tom (2010), *Theories of Modern Capitalism*. Nova Iorque: Routledge. 2ª Edição.
- Callinicos, Alex (2013), *Social Theory – A Historical Introduction*. Cambridge: Polity Press. 2ª Edição. 7ª Reimpressão.
- Colletti, Lucio (1974), “Marxism as a Sociology”, in Colletti, Lucio, *From Rousseau to Lenin: Studies in Ideology and Society*. Nova Iorque: Monthly Review Press, pp. 3-44.
- Colletti, Lucio (1992), “Introduction”, in Marx, Karl, *Early Writings*. Londres: Penguin Books, pp. 7-56. 2ª Edição.

- Corrigan, Philip; Ramsay, Harvie & Sayer, Derek (1978), *Socialist Construction and Marxist Theory – Bolshevism and its Critique*. Londres: The Macmillan Press.
- Ferreira, José Maria Carvalho *et al.* (1995), *Sociologia*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Geras, Norman (2005), “Essência e Aparência: A Análise da Mercadoria em Marx”, in Cohn, Gabriel (Org.), *Sociologia – Para ler os clássicos*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, pp. 189-221.
- Mattick, Paul (1983), *Marxism – Last Refuge of the Bourgeoisie?*. Nova Iorque: M.E. Sharpe Inc./Londres: The Merlin Press.
- Ollman, Bertell (1973), “State as a Value Relation”, in *Kapitalistate*, No. 2, pp. 53-59.
- Ollman, Bertell (1996), *Alienation – Marx’s Concept of Man in Capitalist Society*. Cambridge: Cambridge University Press. 2ª Edição. 10ª Reimpressão.
- Petrovic, Gajo (1991), “Alienation”, in Bottomore, Tom (Org.), *A Dictionary of Marxist Thought*. Oxford: Blackwell, pp. 11-16. 2ª Edição.
- Sayer, Derek (1991), *Capitalism and Modernity – An excursus on Marx and Weber*. Londres: Routledge.
- Sayers, Sean (2011), *Marx and Alienation – Essays on Hegelian Themes*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Swingewood, Alan (1984), *A Short History of Sociological Thought*. Nova Iorque: St. Martin’s Press.
- Thomas, Tom (2011), *Etatisme contre libéralisme? – C’est toujours le capitalisme*. Bruxelas: Contradictions.
- Vandenbergh, Frédéric (2008), *A Philosophical History of German Sociology*. Londres: Routledge.
- Zeitlin, Irving M. (1968), *Ideology and the Development of Sociological Theory*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.